

Histórias que animam a luta



Margarida Alves, Roseli Nunes, Irmã Dorothy e muitas outras mulheres dedicaram suas vidas na luta pela terra e o direito dos mais pobres.

Págs 8 a 10

Vejam ainda:

Chacina de Unaí: dois anos depois. **Pág 4**

Índios não querem porta-voz, querem ser protagonistas. **Pág 13**

Respeitar o ser humano, é só isso que pede a Campanha da Fraternidade 2005. **Pág 16**



EDITORIAL

Mulheres de resistência

A nova edição do jornal Pastoral da Terra chega às suas mãos em um clima de esperança e renovação da luta, pois no último dia 12 de fevereiro completou-se um ano da morte do anjo da Amazônia. Dorothy Mae Stang, irmã norte-americana naturalizada brasileira, chegou ao Brasil na década de 70 e optou pelos mais pobres. Em 1982 decidiu trabalhar na Amazônia. As comunidades de Anapu, Pará, em agradecimento a sua luta, realizou diversas atividades nos dias 11 e 12 de fevereiro.

O Pastoral da Terra, neste 8 de março, traz também o relato de vida de várias mulheres que, assim

como Dorothy, lutaram pelo direito à terra e por uma vida digna. Elas hoje são mártires, mas suas histórias também animam a caminhada daqueles que ainda gritam por justiça e igualdade.

“Alto lá! Esta terra tem dono!” Este foi o grito do líder guarani Sepé Tiaraju, em defesa dos sete povos das missões e do direito do seu povo à terra. Em resposta, os exércitos português e espanhol o assassinou e massacraram outros 1.500 índios em 1756. Acompanhe o relato das atividades dos 250 anos de martírio de Sepé na página 15.

A reforma agrária não é um tema tranqüilo no Brasil, um dos três primeiros países com a maior concentração de terras do mundo. A política de distribuição de terra no Brasil é analisada pelo professor Bernardo Mançano no artigo “Da ‘clonagem’ à ‘autofagia’: o dilema da reforma agrária no Brasil”, na página 5. Boa leitura e até a próxima edição.

Da redação

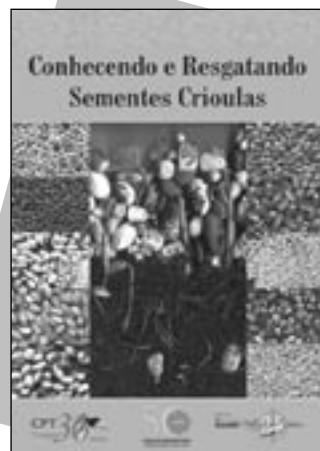
Erramos

Na última edição do jornal (nº 181, outubro a dezembro de 2005), o crédito das fotos das páginas 4 e 5, da matéria “São Francisco com vida”, foi errado. Ao invés de CPT Bahia, as fotos são do fotógrafo João Zinclar, que gentilmente cedeu o uso de suas fotos para Comissão Pastoral da Terra.



PUBLICAÇÕES

Conhecendo e Resgatando Sementes Crioulas



Este é o título do livro que a Comissão Pastoral da Terra e CÂRITAS do RS lançaram no dia 28 de fevereiro, durante a 29ª Romaria da Terra. A obra traz imagens de mais de 350 tipos de sementes crioulas cultivadas no Rio Grande do Sul. Entre elas, sementes de feijão, milho, arroz, trigo, soja e adubação.

O objetivo do livro é motivar as famílias e comunidades a conhecerem, resgatarem, multiplicarem e preservarem as sementes crioulas nativas. Diante da ameaça da perda da biodiversidade provocada pela Revolução Verde, pela Revolução Biotecnológica e pelo ingresso das sementes geneticamente modificadas é imprescindível a preservação das espécies como forma de autonomia e alimento diversificado e sadio.

Ecos do II Congresso da CPT

O trigésimo aniversário da CPT ficou marcado pela realização do seu II Congresso Nacional. Para registrar este acontecimento, a CPT publicou “Ecos do II Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra”. A obra traz o texto “Os consensos que dão força”, produzido por Flávio Lazzarin, Luciano Bernardi, Ruben Siqueira e Sandro Gallazzi. O texto ressalta os pontos-chave para a CPT e seus desafios futuros. Faz parte da publicação a Carta Final do encontro, mensagem de Dom Pedro Casaldáliga, reflexões bíblicas feitas durante o evento e, ainda, as orações do II Congresso e de Envio.

Dom Tomás Balduino, presidente da CPT, na apresentação, diz: “Este encontro representou para a nossa Pastoral da Terra uma pausa na caminhada, a hora de levantarmos nossas cabeças e olharmos o horizonte à nossa frente. Por isso faz parte do mesmo o registro destes ecos para que continuem ressoando em nossas mentes, em nossos corações e renovem nossa fidelidade ao Deus dos Pobres no serviço aos Povos da Terra.”



Uma publicação da Comissão Pastoral da Terra
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel,
1º andar, Centro. Goiânia, Goiás. CEP 74030-090
Fone: (62) 4008-6466 Fax: (62) 4008-6405
www.cptnacional.org.br
e-mail: comunicacao@cptnacional.org.br

Jornalista responsável:
Maristela Vitória (Reg. Prof. 98004/197- GO)
Diagramação: Carla de Abreu (62) 3223.0566
Impressão: Gráfica Moura

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA é um organismo à linha 6 da CNBB, filiado à The Right Livelihood e à Pax Christi International.

Tem como objetivos:

I - Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas igrejas aos povos da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.

II - Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimento do seu direito à diferença.

III - Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida.

REDE DE COMUNICADORES DA CPT

Ana Maria Gallazzi, Pe. Flávio Lazzarin, Hamilton Reis, Jefferson Carneiro da Silva, Jelson de Oliveira, Vanduir Matias Deters, Juvenal José da Rocha, Luiz Antônio Pasinato, Marcilene Aparecida Ferreira, Marcos Lemke, Marcionília Filgueira, Maria Alves Lima, Maria da Conceição, Maria dos Anjos Rodrigues Sousa, Roberto Malvezzi, Valdevino Santiago.

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações canutocpt@cptnacional.org.br



Vaticano inclui nome de Dorothy em lista de mártires da fé

O nome de Irmã Dorothy Stang foi incluído, em janeiro passado, na lista de mártires da fé de 2005, divulgada pela Agência Fides, publicação oficial do Vaticano, em Roma. Na lista são incluídos os nomes de missionários católicos assassinados enquanto trabalhavam em comunidades carentes em vários países. Irmã Dorothy Stang chegou ao Brasil nos anos 60. Na década de 70 ajudou a organizar a CPT no Pará e começou um trabalho com famílias sem terra na Transamazônica. Foi assassinada em fevereiro de 2005 por pistoleiros a mando de um consórcio de fazendeiros da região de Anapu, PA.

OAB condena transposição do rio São Francisco

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, condenou o projeto de transposição do rio São Francisco em documento divulgado no dia 7 de fevereiro. Segundo o Conselho, o projeto viola a Lei Nacional dos Recursos Hídricos, pois o governo federal desrespeitou as competências do Comitê da Bacia Hidrográfica que não havia aceitado o projeto. Também houve violação do artigo 49, inciso XVI, da Constituição Federal, que obriga o Governo a ouvir o Congresso Nacional antes de promover obras em território indígena. O trecho inicial dos canais da transposição irá atravessar territórios de algumas aldeias.



Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural em discussão

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, acolheu a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, entre os dias 7 e 10 de março, na Pontifícia Universidade Católica, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o governo brasileiro. Dentro de sua programação, José Batista, da coordenação nacional da CPT, participou como um dos 12 representantes do conjunto de organizações sociais do campo.

Paralelamente à Conferência foi realizado, de 9 a 10 de março, o Seminário Internacional "Trabalho Escravo, Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural" com apresentações de vídeos e debates com especialistas. Dentre eles, alguns representantes da CPT, como o Frei Xavier Plassat, um dos coordenadores da Campanha de Combate ao Trabalho Escravo da CPT. Do dia 4 ao dia 6, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, CONDRAP, realizou uma plenária, como evento prévio à Conferência; além disso, nos dias 4 e 5, a Via Campesina Internacional promoveu, no auditório dos Freis Capuchinho, o Encontro Internacional dos Sem-Terra. Ambos foram realizados em Porto Alegre e contaram com a presença de Dom Tomás Balduino, presidente da CPT Nacional, e Isabel Diniz, da coordenação nacional da CPT, que se revezaram entre os dois eventos.

Maior condenação por uso de trabalho escravo no Brasil

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região elevou, no dia 21 de fevereiro, de R\$ 3 milhões para R\$ 5 milhões a indenização a ser paga pela empresa Lima Araújo Agropecuária por dano moral coletivo ao ser flagrada, três vezes, usando mão-de-obra escrava em suas fazendas em Piçarra, no sul do Pará. Até então, a maior condenação por trabalho escravo na história do Brasil tinha sido de R\$ 3 milhões contra a própria Lima Araújo, no seu julgamento em primeira instância na Justiça do Trabalho.

A empresa havia sido flagrada com 180 pessoas, dentre as quais nove adolescentes e uma criança, em condições análogas à escravidão em suas fazendas. Por três vezes foram libertados trabalhadores nessas condições nas propriedades da empresa: uma em fevereiro de 1998, outra em outubro de 2001 e a última em novembro de 2002. Tanto o advogado da Araújo Lima quanto o procurador do Ministério Público do Trabalho devem recorrer da decisão. O primeiro para inverter a decisão. O segundo para aumentar ainda mais o valor a ser pago pela empresa.

5ª edição do Prêmio Dom Hélder Câmara de Imprensa

O Prêmio Dom Hélder Câmara de Imprensa chega a sua 5ª edição com o tema "Mídia: rede de comunicação, comunhão e cooperação". Esse tema se refere ao desejo do papa Bento XVI de que os meios de comunicação promovam o diálogo, a expressão de solidariedade e a adesão à paz. O Prêmio é oferecido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e está vinculado ao Dia Mundial das Comunicações, comemorado todo 24 de janeiro. Serão premiadas pessoas ou instituições que tenham publicado texto de gênero jornalístico, conforme o tema proposto, em duas categorias: Grande Imprensa e Imprensa Católica. O prazo de entrega de matérias para concorrer ao prêmio é até dia 3 de abril. A entrega dos troféus será feita no dia 11 de maio, durante a 44ª Assembléia Geral da CNBB, em Itaipava, São Paulo. Durante a Assembléia serão entregues, também, os prêmios Margarida de Prata, de cinema e vídeo, o Microfone de Prata, de rádio e o Clara Assis, de televisão. Informações: (61) 2103-8313 e imprensa@cnbb.org.br

Assembléia Nacional da CPT

Este ano, a CPT estará realizando a sua 18ª Assembléia Nacional, de 4 a 7 de abril, em Goiânia, Goiás. Na programação está prevista a realização de uma análise da conjuntura agrária, política e econômica do país. As CPTs aprovarão as contas e os relatórios de atividades dos regionais e grandes regiões. A Assembléia também será eletiva. Serão escolhidos presidente e vice e os seis membros da Coordenação Nacional para o próximo triênio. Também haverá a apreciação de mudanças nos Estatutos.

O encontro está sendo preparado por um representante de cada Grande Região, por membros da Coordenação Nacional e do Grupo de Administração e Projetos. Entre outras atribuições, este grupo tem a missão de apresentar à plenária um resumo das atividades desenvolvidas pela CPT no último ano, os impactos e resultados destas atividades e os desafios para este ano e o futuro.



CHACINA DE UNAÍ

Justiça às vidas ceifadas

MARCILENE FERREIRA

Dois anos se passaram, as vidas ceifadas na chacina de Unaí, Minas Gerais, se afluam em nosso grito por justiça. O assassinato dos auditores fiscais do Trabalho Nelson José da Silva, João Batista Soares Lage, Eratóstenes de Almeida Gonçalves, e do motorista Aílton Pereira de Oliveira, no dia 28 de janeiro de 2004, afrontou o Estado democrático de direito.

Familiares, amigos dos fiscais e do motorista, movimentos, entidades e a sociedade realizaram um ato público, no dia 27 de janeiro, na sede da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). No dia seguinte (28), rosas brancas foram lançadas ao chão onde ocorreu a chacina. Foi um ato

“em defesa da vida, contra a impunidade”. O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, SINAIT, presente na mobilização, reivindicou do Ministério do Trabalho e Emprego a adoção de medidas de segurança mais efetivas aos fiscais, pois depois do crime de Unaí houve outros casos de ameaças e agressões a auditores em vários pontos do País. Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego, durante o ato, assinou portaria concedendo indenizações no valor de R\$ 200 mil para as famílias das vítimas e bolsas de estudos no valor de R\$ 400,00 para cada filho. Para aqueles que decidirem cursar a universidade, o benefício será estendido até a idade de 24 anos.

Os interesses do latifúndio e do agronegócio que sobrepõem à vida, às pessoas e à lei, causou perplexidade no Brasil e internacionalmente com a chacina de Unaí. E abriu os olhos da sociedade para a existência do trabalho escravo no mundo contemporâneo.

A impunidade no âmbito penal dos envolvidos em conflitos como este, tem perpetuado uma realidade de violência e reafirmado a situação de impotência dos trabalhadores rurais. Assim, o desenrolar do processo de julgamento preocupa a todos que atuam para a erradicação do trabalho escravo. Entre os 9 acusados, continuam livres os irmãos Norberto e Antério Mânica, acusados de mandar

assassinar os três fiscais e o motorista. Hugo Alves Pimenta e José Alberto de Castro, acusados de encomendar o crime, também estão em liberdade. Oito dos acusados irão a júri popular, conforme decisão da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF), em Brasília, proferida no dia 17 de janeiro. Antério Mânica, por ser prefeito de Unaí, será julgado em foro privilegiado, o TRF.

O julgamento, com possibilidade de ocorrer ainda neste primeiro semestre, pode não condenar os responsáveis se for realizado na nova Vara da Justiça Federal, em Patos de Minas, região do agronegócio, localizado a 300 quilômetros de Unaí. Os acusados de encomendar o crime detêm poder econômico e político na região nordeste, é um dos maiores produtores de feijão da América Latina. Uma fiscalização do Ministério do Trabalho, na fazenda de Norberto Mânica, um mês antes do crime, originou mais de R\$ 121 milhões de multas, por violações ao direito dos trabalhadores rurais.

É imprescindível a decisão favorável ao desforamento do julgamento para Belo Horizonte, pedido a ser solicitado pelos procuradores da República Mírian do Rosário Moreira Lima, Mário Alves Medeiros, Edmundo Antônio Dias Júnior e José Jairo Gomes, que acompanham o caso.

Em entrevistas, concedidas ao Jornal Estado de Minas, os Mânicas demonstram tranquilidade com a possibilidade de realização do julgamento em Patos de Minas. ...Perguntado se seria mais justo transferir o júri para a região, Norberto Mânica não hesita em responder que sim. “Seria mais justo porque o pessoal me conhece”, ... Antério admite que ter o júri realizado na região é mesmo mais confortável. “Acho que é melhor ser julgado pelos próprios pares. A imagem que se criou lá fora não é verdade. Quem não me conhece deve me olhar e pensar: esse cara é um monstro”...

Maristela Vitória



TERRA

Da “clonagem” à “autofagia”: o dilema da reforma agrária no Brasil

BERNARDO MANCANO FERNANDES

Acessar os números da estrutura fundiária e da reforma agrária é um enorme desafio para qualquer cidadão. Esses dados fazem parte de uma intrincada relação política determinada pelo controle dos territórios. O Brasil, o Paraguai e a Venezuela estão entre os primeiros países com a maior concentração de terras do mundo. Esses territórios há séculos são controlados por grupos políticos e corporações transnacionais, que aumentam dia-a-dia seu poder político, econômico e tecnológico.

Analisar os dados para interpretá-los não é tarefa para qualquer cidadão. A diversidade de formas de disponibilização dos dados exige a criação de uma metodologia de análise que possibilite comparações. Para poder trabalhar com os dados dos assentamentos rurais, implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, e pelos institutos de terras vinculados à Associação Nacional de Órgãos de Terras, criamos o DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra.

Por meio do DATALUTA conferimos todo ano os assentamentos em todos os municípios. Com esse procedimento identificamos o processo de clonagem de assentamento, no segundo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Encontramos assentamentos criados na década de 1980 sendo divulgados como implantados em 2001. A clonagem representou a astúcia do governo FHC em produzir dados para atender as metas. Essa condição era resultante da judicialização da luta pela terra com a Medida Provisória 2109/52, de 24 de maio de 2001, que criminaliza as famílias que participam de ocupações e privilegia o latifúndio, porque não poderá ser desapropriado por dois anos. Esse tempo pode aumentar se houver reincidência. Com a Medida, o número de famílias em ocupações despencou de 65 mil famílias em 2000 para 26 mil famílias em 2001. Sem ocupações não há reforma agrária. Portanto, era preciso fabricar números para atingir as metas.

Embora utilizando desse artifício, FHC em suas duas gestões desapropriou 21 milhões de hectares. Esse número tem um significado importante para a reforma agrária quando comparado com os dados da estrutura fundiária. Os dados do II Plano Nacional de Reforma Agrária, comparados com os do Atlas Fundiário Brasileiro, revelam que a área ocupada pelas propriedades rurais cresceu 89 milhões de hectares no período 1992 a 2003. As propriedades capitalistas tiveram um crescimento de área de 52 milhões de hectares. A área das propriedades familiares cresceu 37 milhões de hectares. Nesse período de 11 anos foram desapropriados 25 milhões de hectares. Embora existam críticas aos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, é indiscutível que são dados oficiais utilizados para políticas de reforma agrária.

Supondo que no período 1992 a 2003 as famílias sem terra não tivessem ocupado terras para pressionar o governo na realização da reforma agrária, o crescimento da área das propriedades capitalistas teria sido de 77 milhões de hectares. Enquanto o crescimento das propriedades familiares teria sido de 12 milhões de hectares. Isso significa uma maior concentração de terras. Ou seja, a média anual de expansão da área das propriedades capitalistas que foi de 4,7 milhões de hectares, subiria para 6,5 milhões de hectares. Enquanto a média anual de expansão das propriedades familiares que foi de 3,4 milhões, cairia



CPT Nordeste

para 1,1 milhão. De fato, a reforma agrária na década de 1990 contribuiu para impedir a intensificação da concentração das áreas das propriedades capitalistas é cinco vezes mais rápida que a expansão das áreas das propriedades familiares. Com reforma agrária, a expansão das áreas das propriedades capitalistas é apenas

uma vez mais rápida que a expansão das propriedades familiares. Ou seja, no Brasil, a reforma agrária não desconcentra terra, esta política só minimiza a rapidez da concentração da terra.

Mas este problema pode se agravar quando acontecer o fechamento da fronteira agrícola. 60% das terras desapropriadas estão na região norte, onde se movimenta a fronteira agrícola com a impetuosidade do agronegócio. Com o fechamento da fronteira, os dois tipos de propriedades só poderão expandir um sobre o outro. Ou como conceituamos na geografia, o processo de territorialização e desterritorialização será ainda mais intensificado. A tendência será de acirramento dos conflitos entre camponeses e o agronegócio. Nessa realidade, a reforma agrária ganhará novos significados. Pois o agronegócio não conseguirá incluir e nem destruir os camponeses sem terra.

Hoje, uma questão importante é: como o governo Lula tem tratado esse problema? Segundo os resultados de 2003 a 2005, temos analisado a seguinte tendência: Em 2003, o governo Lula

assentou 36 mil famílias, sendo 24% em terras desapropriadas ou compradas e 76% em lotes de assentamentos já existentes. Em 2004, o governo Lula assentou 81 mil famílias, sendo 32% das famílias em terras desapropriadas ou compradas e 68% em lotes de assentamentos já existentes. Em 2005, o governo Lula assentou 127 mil famílias, sendo 21% em terras desapropriadas ou compradas e 24% em lotes de assentamentos já existentes, 39% em assentamentos realizados em terras públicas e 16% em assentamentos já existentes em terras públicas.

Esse número revela que nos três anos de governo, apenas 25% das famílias foram assentadas em terras desapropriadas. Estamos observando uma nova arte na política de reforma agrária para atender as metas: o processo de autofagia. Ou seja, a maior parte das famílias foi assentada em assentamentos já existentes ou em assentamentos implantados em terras públicas ou em assentamentos já existentes em terras públicas. A reforma agrária do governo Lula diminuiu o poder de minimização da rapidez da concentração da terra. A precarização da política de reforma agrária e das políticas agrícolas, que é marca de todos os governos, está expulsando famílias assentadas. No lugar das famílias assentadas excluídas, são assentadas outras famílias. O problema não se resolve em si, se reproduz em si.

Para mudar esta tendência, será necessário o fortalecimento político dos movimentos camponeses para pressionar o governo no enfrentamento com os ruralistas. A atual política de reforma agrária do governo Lula é isso: um processo autofágico. E os movimentos camponeses precisam estar atentos para fazer com que a reforma agrária se alimente de latifúndios e não de assentamentos.

● Geógrafo, prof. do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp, coord. do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais, CLACSO, e assessor do Setor de Documentação da CPT.

DOROTHY STANG

O caminho continua...



Greenpeace

DOM ERWIN KRÄUTLER

O cenário é impressionante, comovente. Mata virgem, milenar! A floresta, do jeito como Deus a fez: Linda! Verde escura. Altaneiro um jatobá se ergue à nossa frente, mais adiante, de grosso tronco e copa esgallhada, um tamburi. À margem direita da estrada, a rainha das selvas, a majestosa castanheira. Uma estrada corta a mata virgem. Ascende suavemente ao topo da ladeira, onde se abre numa descida íngreme levemente encurvada para as profundezas de um vale sombrio.

Ao chegarmos no local um bando de araras nos saúda com algazarra e batendo asa na copa do Jatobá. É mesmo uma saudação? Ou será que a vozearia dessas aves, é expressão de sua ira porque rejeitam a presença huma-

na no seu mundo verde? Desconfiam de todos os homens! Eles derrubam, destroem, matam! A esses homens insensatos, as araras amaldiçoam: “Vão embora, assassinos perversos!, depredadores inescrupulosos!” O ruído estridente e dissonante de motosserra é o aviso fúnebre do fim do paraíso. É preciso fugir! Onde as araras farão seus ninhos e cuidarão de seus filhotes? Nos morros incinerados ou em meio ao capim-braquiária, que os homens semeiam para o boi pastar depois de queimar a floresta e matar todos os seres vivos.

No topo da ladeira, à sombra das grandes árvores, bem no meio da estrada, acariciada por alguns raios de sol, uma cruz branca! Cercada por um minúsculo canteiro com várias mudas, plantadas há pouco tempo. Na

cruz, na parte horizontal, a inscrição “Dorothy Mae Stang”, e na vertical, em cima do nome, uma estrelinha e a data 07/06/31, em baixo uma cruzinha e outra data: 12/02/05. Foi aqui que o bárbaro crime aconteceu! Estremeco, fico arrepiado. Este é o lugar onde assassinaram Irmã Dorothy. Tenho a sensação de pisar em terra santa. É isso mesmo! Terra santificada e consagrada, tingida pelo sangue de uma inocente Irmã. Terra que bebeu o sangue de quem fez de sua vida uma doação “até o fim” (Jo 13,1). Terra de que Deus ouve o sangue clamar por justiça (cfr. Gn 4,10). Não aquela da vingança, mas a justiça misericordiosa que se compadece do pobre, do excluído, dos sem voz e sem vez.

À margem da estrada, a poucos metros da cruz, uma mesa da casa de

seu Vicente, que fica a uns trezentos metros de distância. Foi na casa dele que Dorothy passou a última noite. A neblina matutina se dissipa, Irmã Dorothy se despede de seu casebre por volta das sete. Não anda longe. Cícero a vê caminhar sozinha. De repente, dois homens aparecem no topo da ladeira. São peões do fazendeiro Tato, apelidados de Fogoio e Eduardo. A irmã os cumprimenta. Entabulam um curto diálogo. Dorothy diz estar consciente de que os dois são apenas “soldados mandados”, mas mesmo assim os adverte que semear capim nesta área é crime ambiental. “A Sra. está armada?” indaga Eduardo. “Eu? Armada?” reage Dorothy perplexa, abre a boroca, tira a Bíblia: “Esta é a minha arma! Ouçam o que está escrito no Evangelho: Felizes os pobres em

espírito, porque deles é o Reino dos Céus. Felizes os mansos, porque herdarão a terra. Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados” (Mt 5,3.4.6). São suas derradeiras palavras. “Chega de conversa! Desta vez é pra valer!” Fogoió saca de sua arma e abre fogo contra a irmã. Três tiros. Dorothy ergue os braços e cai. Já caída, leva outros dois tiros. O mundo escurece para Dorothy. Seu coração pára de bater, está morta. São 7h30, sábado, dia 12 de fevereiro de 2005. Concretizaram-se as ameaças que há tempo circularam em Altamira e Anapu. Ninguém acreditou que fossem consumir-se. Depois de 23 anos de doação abnegada e dedicação generosa ao povo pobre da Transamazônica, Irmã Dorothy dá sua máxima prova de amor, “Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida pelos amigos” (Jo 15,23).

Tudo está preparado para a celebração da Eucaristia. Luís dá as boas vindas aos presentes. Ele mora aqui perto com sua mulher Francisca das Chagas e seus sete filhos. Vieram do Maranhão. Luís contou-me a sua história, como sofreu nas mãos de Tato que o perseguiu, ameaçou, jurou de morte. Tato, Fogoió e Eduardo infernizaram a vida de sua família.

O Evangelho do dia seria a genealogia de Jesus, segundo Mateus. Mas no lugar em que estamos, só cabem as palavras que foram as últimas proferidas por Dorothy: “Felizes os pobres em espírito”. Quando, em 1982, Irmã Dorothy se ofereceu para trabalhar na Prelazia do Xingu foram os pobres que a atraíram. “Quero trabalhar entre os mais pobres” afirmava na época e lá foi ela para a Transamazônica Leste. “Deles é o Reino dos Céus” Que Reino é esse que será dos pobres? “Não é deste mundo”, disse Jesus diante de Pilatos que o condenou à morte (cfr. Jo 18,36). Mesmo não sendo deste mundo, começa a concretizar-se neste mundo.

“Felizes os mansos, porque possuirão a terra”. A humildade é irmã da pobreza. Ela se baseia num incondicional amor à verdade. Nada de querer aparecer e alimentar vaidades, muito menos inchar-se de orgulho. Quem conhecia Dorothy lembra a sua fala “mansa”, embora mansidão nada tenha a ver com o timbre de voz. Mansidão é a perseverança no cumprimento de uma missão. “Porque possuirão a terra”. É a Terra de Deus, a terra santa,

sagrada, prometida, “terra que mana leite e mel” (Ex 3,8). Terra é sinônimo de Reino de Deus, que assume formas concretas e tem conseqüências para a sociedade, para o mundo de hoje e sempre! Na Terra de Deus não pode haver excluídos, perdedores. Não existem milhões de homens, mulheres e crianças banidos, exilados, expatriados, desterrados.

“Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados”. Mateus fala de “fome e sede de justiça”. Com isso não exclui os que sentem fome material. Estes, pelo contrário, são os mais injustiçados. Mateus coloca fome e sede num contexto mais amplo. Justiça na Bíblia vai muito além da justa distribuição de bens, da participação equitativa no produto nacional bruto. Justiça exige amor. “Aprende a fazer o bem. Buscai o direito. Corrige o opressor. Fazei justiça ao órfão, defendei a causa da viúva!” (Is 1,17).

No dia 11 de dezembro, Rayfran, conhecido por Fogoió, foi condenado a 27 anos de prisão, e Clodoaldo, o Eduardo, a 17 anos. Os três fazendeiros, Tato, Bida e Taradão, aguardam o julgamento. Não deveriam ser todos eles presos e julgados? Havia até promessa de palanque durante a campanha eleitoral: “Se eleito for, farei a Dorothy desaparecer de Anapu!” Que justiça é essa? Em que pé está o processo de nosso Dema? Morreu pelas mesmíssimas razões que a Dorothy. Defendeu os pequenos e o meio-ambiente. Foi assassinado na madrugada de 25 de agosto de 2001 diante de sua esposa, Maria da Penha, mãe de seus filhos. Ninguém mais fala deste processo! Não teve a sorte de ter nascido nos Estados Unidos, para sua morte ter repercussão internacional.

Rezamos, de mãos dadas, o Pai Nosso, a oração do Senhor, e comungamos o Corpo e o Sangue de Cristo. É nosso alimento de peregrinos neste mundo tão conflitivo e perverso, é a força. Contemplo novamente a cruz branca de Dorothy. Tantas cruzeiras à beira das nossas estradas, dos nossos rios e igarapés! Irmãs e irmãos tombaram, derramaram seu sangue, doaram sua vida. Mas sua morte não mudou o rumo do Caminho. Sua morte compele, incentiva-nos no Caminho. O Caminho continua!

Altamira, 2 de janeiro de 2005.

• Bispo do Xingu
domerwin@mac.com

Um ano sem o anjo da Amazônia

Greenpeace



MARISTELA VITÓRIA

“Infelizmente continuamos convivendo com os mesmos problemas que a Dorothy denunciava, mesmo após um ano de intensa denúncia e pressão pela sua morte”.

Avaliação, de José Batista Afonso, um dos coordenadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), reflete um ano de luta dos agricultores da região de Anapu, Pará, onde Irmã Dorothy Stang foi assassinada no dia 12 de fevereiro de 2005.

A grilagem de terras, a extração de madeira, as ameaças de morte e os assassinatos de camponeses continuam a fazer parte do cotidiano das famílias de agricultores que vivem no Pará. Nos dias 11 e 12, elas pararam o trabalho no campo para lembrar da luta de Dorothy e pedir ações mais efetivas do Governo Federal. No dia 11, as comunidades locais e organizações e movimentos plantaram próximo ao túmulo de Dorothy 820 cruzeiras de madeira como símbolo da resistência e contra a violência. 772 cruzeiras foram pintadas de branco e representam os trabalhadores rurais mortos em conflitos de terra no Pará nos últimos 33 anos, já 48 cruzeiras vermelhas simbolizaram os líderes que estão sendo ameaçados na região. O ato foi promovido pelo Greenpeace, com apoio de outras entidades como Comissão Pastoral da Terra, Comitê Dorothy, Terra de Direitos e Justiça Global.

No domingo, dia 12, às 8 horas, as comunidades locais de Anapu e representantes de organizações e da Igreja participaram de uma celebração realizada na Igreja de Santa Luzia e presidida por Dom Erwin Krautler, bispo da Prelazia do Xingu. Ainda na parte da manhã, os agricultores e organizações se reuniram com representantes do governo para reivindicar a criação e implementação de áreas protegidas na região e a presença efetiva do Estado na Amazônia para acabar com as principais causas que motivam a violência e os crimes ambientais.

Em Belém, PA, as atividades em memória a missionária norte-americana teve início às 8 horas, do dia 12, com uma caminhada que se iniciou no Centro Arquitetônico de Nazaré (CAN) e foi até a Praça da República. Às 19 horas, na Paróquia Sta. Maria Gorethy, Guamá, foi celebrada uma missa por D. Orani Tempesta, arcebispo de Belém. A CPT Pará e o Comitê Dorothy divulgaram uma nota “Um ano depois! a indignação e a esperança mantêm a utopia da reforma agrária”.

• Assessora de comunicação da CPT

8 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER

As mártires do campo

CRISTIANE PASSOS



Várias pessoas se destacam na histórica luta pela terra. Em um ambiente marcado por repressões hostis àqueles que levantam a voz contra a exploração e em nome de um bem comum, vidas são ceifadas. Vítimas do autoritarismo e da impunidade que ainda domina o país. Dentre todas as histórias desses que se tornaram figuras de grande simbologia, os mártires da terra, destacam-se aquelas que tiveram um importante papel dentro das lutas agrárias. São mulheres que lutaram não só pela terra, mas contra o preconceito e as dores da perda de maridos e filhos, que não abalaram a sua credulidade na luta e no significado da tão esperada reforma agrária no Brasil. Algumas serão, aqui, lembradas pelos seus feitos e sua importância na história, outras, talvez não sejam citadas, mas não são esquecidas e nem menos importantes para quem está na luta.

Anatália de Souza Alves Melo nasceu em julho de 1945, na cidade de Mom-bassa, no Rio Grande do Norte. Começou a trabalhar na Cooperativa de Consumo Popular em 1965. Três anos depois, casou-se com o radiotécnico Luiz Alves Neto. Os dois moravam em um conjunto habitacional popular na cidade de Mossoró, RN. Luiz era militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, PCBR, ao qual Anatália se filiou pouco depois. Com o Ato Institucional número 5, o AI-5, Luiz sentiu-se ameaçado e propôs a Anatália vender tudo o que tinham e se entregarem à militância entre os trabalhadores rurais da Zona da Mata canavieira. Vivendo como peregrinos, moraram em Recife, Campina Grande, Palmeira dos Índios e Gravatá. O casal foi preso em 17 de dezembro de 1972. Ambos foram levados ao DOPS de Recife em 13 de janeiro de 1973, onde foram torturados. Anatália foi encontrada morta carbonizada em sua cela no dia 22 de janeiro. Não se sabe ao certo como ocorreu sua morte, mas a versão oficial dada foi a de suicídio.



Margarida Maria Alves nasceu em 5 de agosto de 1933, na cidade de Alagoa Grande, na Paraíba. Em 1973 foi eleita presidente do Sindicato de Alagoa Grande, primeira mulher a ocupar um cargo deste no Estado. Durante 12 anos à frente do sindicato, foram movidas mais de

600 ações trabalhistas contra usineiros e senhores de engenho da região da Paraíba. Foi uma das fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, cuja finalidade é, até hoje, contribuir no processo de construção de um modelo de desenvolvimento rural e urbano sustentável, a partir do fortalecimento da agricultura familiar. Margarida lutava pela defesa dos direitos do homem do campo, pelo décimo terceiro salário, o registro em carteira, a jornada de oito horas e as férias obrigatórias. Com o surgimento do Plano Nacional de Reforma Agrária, os latifundiários intensificaram a violência no campo. No dia 12 de agosto de 1983, aos 50 anos, e na frente dos dois filhos e do marido, Margarida foi assassinada na porta de sua casa com um tiro de espingarda calibre 12 no rosto. O tiro foi disparado por um homem encapuzado que fugiu em um Opala vermelho onde outras duas pessoas o esperavam. Na época de sua morte, Margarida movia 72 ações trabalhistas contra fazendeiros. Os mandantes faziam parte do "Grupo da Várzea", composto por 60 fazendeiros, 3 deputados e 50 prefeitos. O delegado da região identifica o criminoso, mas não consegue prendê-lo. Entre os autores do crime estavam o soldado da PM Betaneo Carneiro dos Santos, os irmãos e pistoleiros Amauri José do Rego e Amaro José do Rego, e Biu Genésio, motorista do veículo utilizado no crime e morto em janeiro de 1986 como "queima de arquivo". Agnaldo Veloso Borges, José Buarque de Gusmão e Antônio Carlos Coutinho Regis também estavam envolvidos em conflitos na região. Em 1984 foi lançado o filme "Margarida Sempreviva" pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural,

CENTRU, e PL Produções Visuais Ltda, de Recife. Em julho de 1988 o pecuarista Antônio Carlos Coutinho Reis foi absolvido da acusação durante julgamento. Um novo inquérito foi instaurado, mas entre indas e vindas da Justiça, os julgamentos foram sendo adiados sucessivamente. Durante esses anos, alguns dos acusados morreram, outros foram presos por outros crimes e no caso de Margarida, a impunidade foi mais forte. Mas a sua luta continua sendo referência e o dia 12 de agosto, dia em que foi assassinada, se tornou o "Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária".

Roseli Nunes

nasceu em 1954 e teve sua vida encerrada com apenas 33 anos. Ela lutou por uma reforma agrária justa. Rose, como era conhecida, nos últimos dias de gravidez, participou da ocupação da fazenda Anoni, em 1985. Foi a maior ocupação realizada no Rio Grande do Sul. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, estava começando na região. Logo em seguida, ela participou da caminhada de 300 quilômetros até Porto Alegre, onde os trabalhadores ocuparam a Assembléia Legislativa, permanecendo acampados por seis meses, até ser dada uma solução para as 3 mil famílias que estavam na fazenda Anoni. Rose foi mãe da primeira criança a nascer no acampamento Sepé Tiaraju. Em 31 de março de 1987, durante um protesto contra as altas taxas de juros e a inde-



finição do governo em relação à política agrária que se estendeu por vários municípios, um caminhão desgovernado investiu contra uma barreira humana formada na BR-386, em Sarandi, RS. O caminhão feriu 14 agricultores e matou três: Iari Grosseli, de 23 anos; Vitalino Antonio Mori, de 32 anos, e Roseli Nunes, com 33 anos e mãe de três filhos. Em 1987, o filme "Terra para Rose", de Tetê Moraes, ganha o 1º prêmio no Festival do Novo Cine Latino-Americano, em Havana, Cuba. A obra também conquistou seis prêmios no 20º Festival de Cinema de Brasília. Em junho de 1988, a CPI da Violência, proposta e presidida pelo

deputado estadual do PT Adão Pretto, concluiu que o motorista do caminhão que matou Rose, Valdir José da Silva, é culpado pelo acidente. Ainda em 1988, o filme "Terra para Rose" começa a ser colocado no formato 35 mm para

entrar no circuito comercial. Em setembro deste mesmo ano recebe nova premiação durante a 17ª Jornada Internacional de Cinema da Bahia. Dez anos depois, em abril de 1997, a diretora Tetê Moraes volta ao assentamento da Fazenda Anoni para ver como vivem as famílias que participaram da ocupação e que foram assentadas. O resultado dessa visita é o documentário "O sonho de Rose", continuação do "Terra para Rose". Em setembro de 1997, o documentário ganhou o prêmio "Margarida de Prata", da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB.

8 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Antônia Flor, nascida Antônia Maria da Conceição em 1904, morou mais de 50 anos na Gameleira, município de Piripiri, Piauí. Lá, Antônia se casou e teve seis filhos. Suas terras eram cobiçadas por grileiros da região que, por várias vezes tentaram expulsá-la de lá com todo tipo de ameaça. Antônia resistiu bravamente, tornando-se exemplo para outras famílias de posseiros. Ela transformou-se em um símbolo da luta pela terra no Piauí. No dia 1º de dezembro de 1984 foi assassinada na porta de sua casa. Os autores do crime, apesar de conhecidos, nunca foram punidos.

Irmã Adelaide Molinari nasceu no dia 2 de fevereiro de 1938, na cidade de Garibaldi, Rio Grande do Sul. Mudou-se, ainda pequena, com sua família, para Palmeira das Missões. Descobriu sua vocação religiosa

e com o apoio dos pais foi morar com as Filhas do Amor Divino. Ao se tornar irmã, assumiu o chamado Carisma da Congregação, servindo aos mais necessitados. Ela se dispôs a trabalhar nas Missões no Pará. No dia 8 de abril de 1983 chegou em Eldorado dos Carajás com mais duas irmãs. O delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, Arnaldo Delcídio Ferreira, era alvo de ameaças de vários fazendeiros. No dia 14 de abril de 1985, Arnaldo foi ao encontro de Irmã Adelaide, que havia cumprido sua missão no Pará e estava na rodoviária de Eldorado de partida para Curionópolis, para se despedir. Enquanto conversavam, em meio a muita gente, um pistoleiro disparou um tiro contra ele. A bala atravessou o tórax de Arnaldo e atingiu a irmã no pescoço. Adelaide não resistiu e morreu. Arnaldo passou por uma cirurgia e se recuperou. As suspeitas de quem teria dado o tiro caem sobre José Pereira Nóbrega, o “Marinheiro”, e sobre alguns fazendeiros da região

que acabaram conseguindo anular as acusações junto à Polícia Federal. Marinheiro foi posto em liberdade por falta de provas de seu envolvimento no caso.

Maria da Penha Nascimento nasceu em 1949 em Alagoa Grande, Paraíba. Em 1964 casou-se com José Horácio, que atuava no movimento de organização dos trabalhadores rurais e gradativamente foi se envolvendo nas lutas no campo. Em 1972, Maria participou mais diretamente da luta sindical, aceitando o convite de Margarida Alves, que era então uma combativa presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Em 1980, Maria ajuda a fundar a CUT na Paraíba e dois anos depois, com o assassinato político de Margarida, ela assume o comando do sindicato. Ela abriu frentes de luta contra a violência e a impunidade dos fazendeiros. Envolveu-se, ainda, na fundação do Partido dos Trabalhadores, PT, em Alagoa Grande, onde foi candidata a vereadora, tendo conseguido a suplência e sendo eleita, mais tarde, deputada federal. Maria da Penha fundou o Movimento de Mulheres do Brejo, MMB, e integrou a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras da CUT na Paraíba. Ela morreu em 15 de março de 1991, em um acidente automobilístico juntamente com a líder feminista Beth Lobo. Antes de morrer, havia dado contribuições para os livros “Violência rural e reforma agrária” e “Por que trabalhar com mulheres”.

Maria de Nazaré Mineiro lutou muito pelo assentamento de várias famílias em uma área que pertencia a Jarí Celulose, que foi desapropriada pelo governo do Estado, no município de Laranjal do Jarí, no Amapá. Por sua luta, acabou sendo assassinada na noite de 16 de dezembro de 1998, quando retornava de um culto na Igreja Assembléia de Deus. O pistoleiro, encapuzado e vestido com roupas brancas, a esperava no fundo do quintal. Ele foi

visto pela nora da vítima que ainda tentou avisá-la, mas o pistoleiro disparou vários tiros contra a cabeça de Maria e fugiu logo em seguida. Pelas condições do assassinato, as suspeitas eram de que ele havia sido encomendado por um dos proprietários das terras desapropriadas pela prefeitura, de acordo com o decreto. A filha de Maria, Joselina Mineiro, continua a luta da mãe e trava uma batalha com a justiça para punir os culpados pela morte de Nazaré. Em julho de 1999, a área da Jarí Celulose, desapropriada pelo governo do Estado, foi transformada em Reserva Estadual Extrativista do Jarí. Assim, o Incra do Amapá e a prefeitura criaram o assentamento “Maria de Nazaré de Souza Mineiro”, na área urbana da cidade.

Irmã Dorothy Stang nasceu em 7 de junho de 1931 nos Estados Unidos da América. Aos 20 anos, já freira da congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur, se dedicou ao ensino em Chicago. Anos depois, começou a atuar junto a migrantes latinos que trabalhavam em plantações de uva, tomate e alface no Estado do Arizona. Em 1966 decide mudar para o Brasil. Morou, primeiramente, em Coroatá, Maranhão, onde se dedicou às comunidades eclesiais de base. Em novembro de 1974, Irmã Dorothy muda-se para o Pará, onde ajuda a estabelecer a Comissão Pastoral da Terra na diocese de Marabá. A região sofria muita influência do exército por causa da Guerrilha do Araguaia. Inicialmente Dorothy deu assistência às famílias de agricultores que moravam em comunidades na beira da PA 70. Logo depois, Dorothy muda-se para Jacundá. Em 1982, vai para Anapu, onde quase 90% do município é formado por terras pertencentes à União. Na década de 70, o território foi dividido em glebas, que se tornaram objetos de contratos de Alienação de Terras Públicas, celebrados entre o Incra e particulares. O beneficiado teria cinco anos para tornar a área produtiva; caso isto não acontecesse, a terra voltaria para a União e seria destinada à reforma agrária. Só que os contratantes iniciais começaram a vender as terras, dando origem a um grave processo de grilagem. Os camponeses organizados começaram a reivindicar as terras públicas. O resultado desta luta veio em 1997, quando foi registrado no Incra o pedido de lotes em duas áreas para os agricultores:

Gleba Belo Monte (24 lotes) e Gleba Bacajá (21 lotes). Em 1998 o Incra solicitou um recadastramento das terras de Anapu, que aconteceu no ano seguinte. O resultado demonstrou que todos os lotes pleiteados eram improdutos. Entre os 45 lotes reivindicados, 21 já haviam sido revertidos para o patrimônio da União. Diante desta realidade, ainda em 1998, cerca de 80 famílias de agricultores ocuparam três lotes da Gleba Belo Monte. Em 1999, em uma assembléia dos movimentos, o Incra apresentou um novo modelo de reforma agrária: os projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs), que combinam o desenvolvimento de atividades produtivas - incluindo produtos nativos como andiroba - com o assentamento humano de populações tradicionais ou não. Só que a implantação nunca foi tranqüila por causa do alto índice de grilagem. Neste mesmo período, a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) destinou cem milhões de reais para projetos na re-



gião, fazendo com que grileiros invadissem os PDSs. Denúncias de violência cometida por fazendeiros e madeireiros contra agricultores eram constantemente feitas por Irmã Dorothy juntamente com entidades e organizações. Em 12 de fevereiro de 2005, Dorothy é brutalmente assassinada com seis tiros a queima roupa. Seu corpo foi encontrado no PDS Esperança, em Anapu. Ela foi morta a mando de grileiros e madeireiros da região que já vinham a ameaçando há algum tempo. Nos dias 9 e 10 de dezembro de 2005, os dois pistoleiros acusados pela morte da irmã foram julgados e condenados. Rayfran das Neves Sales, o Fogoió, deve ficar 27 anos na prisão, e Clodoaldo Carlos Batista, o Eduardo, 17 anos. Os mandantes, os fazendeiros Vitalmiro Bastos, o Bida; Regivaldo Pereira, o Taradão, e Amair Feijoli, o Tato, ainda não foram julgados.

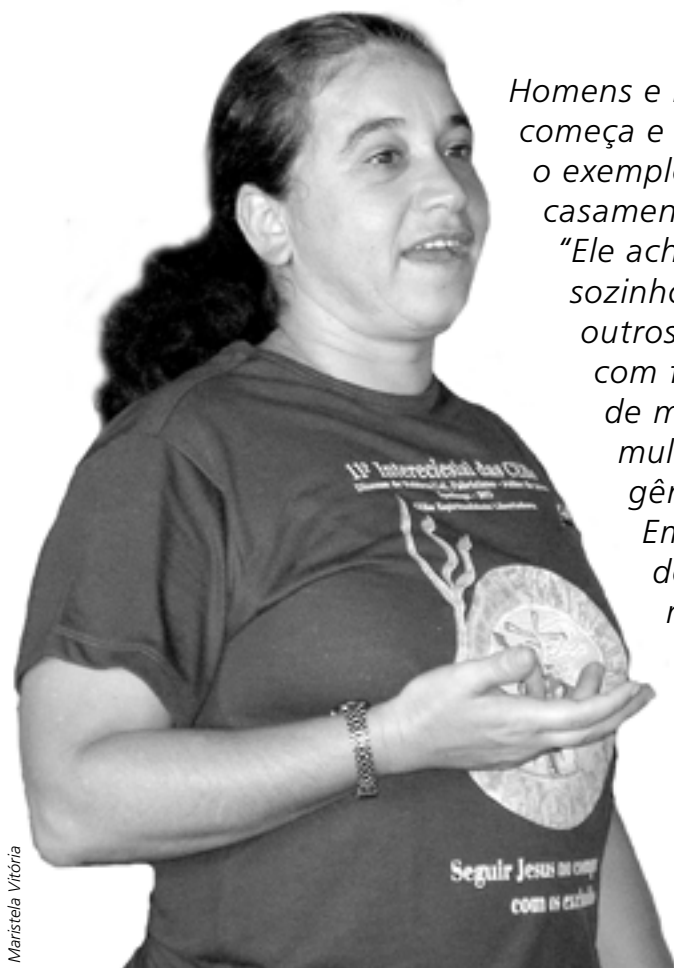
Fontes: Arquivo CPT; Livro “Dicionário Mulheres do Brasil”, organização Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil; www.mst.org.br; www.fdcsmartyrs.supanet.com; www.camara.gov.br; e www.adital.org.br

● estagiária em comunicação da CPT

GÊNERO EM DEBATE

“É coisa de homem ou de mulher?”

MARISTELA VITÓRIA



Homens e mulheres em uma mesma sala. A discussão começa e muitas dúvidas vão surgindo. Um rapaz cita o exemplo de um parente que teve dificuldades no casamento porque a mulher trabalhava e recebia mais. “Ele achava que teria que dar conta do sustento da casa sozinho e por isto caiu em depressão”, relata. Logo outros exemplos são citados e duas frases aparecem com frequência: “Isto é coisa de homem, isto é coisa de mulher”. Afinal, quem define o que é próprio da mulher ou do homem? Esta é uma discussão de gênero.

Em uma sociedade alicerçada no patriarcalismo o debate não é tranquilo, mas é possível. É o que revela Eurídes Alves de Oliveira, presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil Regional Piauí (CRB Piauí) e membro da CRB nacional. Nos dias 15 e 16 de outubro de 2005 ela assessorou o quinto encontro sobre gênero realizado pela CPT Piauí. O Pastoral da Terra conversou com Eurídes sobre os conceitos que fazem parte desta discussão. Veja a entrevista.

Você poderia explicar o que é o feminismo?

Eurídes Alves: Feminismo é um movimento sócio-político que reúne as mulheres no mundo inteiro, com processos diferenciados em cada país, em torno de bandeiras específicas de defesa dos direitos das mulheres. É um movimento amplo. Ele apareceu nos Estados Unidos na década de 70 e depois foi perpassando países da Europa. No Brasil tomou corpo no início dos anos 80, mas teve maior força na década de 90, com a luta por políticas públicas dos diversos movimentos de mulheres do país.

Qual a importância do feminismo para a luta da mulher?

Eurídes: Ele é de fundamental importância, porque traz para a pauta da sociedade civil organizada as bandeiras específicas dos direitos das mulheres, que até então ficavam na invisibi-

lidade, pois eram trabalhadas de forma genérica junto com as bandeiras consideradas da humanidade. Uma outra importância do movimento é a participação política das mulheres. A partir do feminismo elas se dão conta que são “sujeitos e atores” sócio-políticos e começam a lutar pelo seu espaço igualitário.

O que significa gênero?

Eurídes: Gênero é uma categoria de análise que permite, não só o movimento feminista, mas diversos grupos de interesse na área, entender a dinâmica das relações sociais entre os sexos – entre o homem e a mulher, entre a mulher e a mulher, entre o homem e o homem – na sociedade. É uma categoria que foi desenvolvida pelas teóricas feministas com a intenção de ser um subsídio explicativo para a compreensão do que mantém, condiciona e sus-

tentam as relações de gênero de forma estereotipada, hierárquica e desigual. Esta categoria de análise trata a questão de gênero como uma construção sócio-cultural, e não como um dado da natureza. Esta construção vai formando as pessoas, o homem e a mulher, a partir de padrões diferenciados, que vão dando a uma superioridade e a outra, inferioridade, e vão quebrando as relações de igualdade. Gênero ajuda a entender esta problemática e propõe mudanças; porque traz elementos para a construção do ser homem e do ser mulher e para a relação entre os dois.

Como os movimentos hoje trabalham a questão de gênero?

Eurídes: Os movimentos sociais em geral hoje já estão inserindo a questão de gênero na sua pauta de reflexão e luta, porém, de forma ainda muito tí-

mida. A partir dos anos 90, a maioria das organizações – sobretudo aquelas que recebem respaldo econômico das instituições financeiras da Europa e de outros países – foi condicionada a colocar esta temática na sua pauta; depois, a questão da mulher e de gênero começou a ser uma exigência destas agências financiadoras. Neste contexto, algumas organizações, pastorais sociais, não se contentaram em apenas colocar na pauta e começaram a desenvolver reflexões em seus momentos formativos – assembleias e seminários, algumas até formaram núcleos específicos de reflexão. Claro que isto pressionado e até puxado, na maioria das vezes, pelas lideranças mulheres, que também já atuavam no movimento de mulheres.

Esta discussão é fácil no meio rural?

Eurídes: Não. Ela é difícil e aparece sempre como algo estranho, ou como uma coisa não tão importante. Isto, sobretudo, no início. Mas depois que se começa a desvendar que não há mistério nenhum, o pessoal até empolga. Inicialmente não é fácil, porque é uma cultura milenar, a luta do campo sempre muito voltada para as conquistas imediatas, econômicas e políticas palpáveis. Ao tratar com gente, mexe com questão de subjetividade, de cultura e isto, aparentemente parece abstrato, então, não é tão fácil assim. Mas é possível.

Qual o caminho para a entidade que ainda não começou a fazer esta discussão?

Eurídes: Eu penso que em um primeiro momento seria ocupar os espaços das assembleias, dos momentos formativos para lançar a discussão, perceber quem tem maior sensibilidade e interesse. E a partir daí provocar uma discussão mais sistematizada e constante. Este grupo sensível depois vai fazendo o caminho. É importante na discussão de gênero ter um grupo inicial.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Os desafios da Venezuela

PE. TIAGO THORLBY

O frio da madrugada; o latifúndio devastador, explorador, violento; o jeito de fazer reforma agrária conforme a “Ley de la Tierra” do Governo Bolivariano são fatos que me impressionaram durante visita realizada nas comunidades rurais da Venezuela, logo após o Fórum Social Mundial, realizado de 24 a 29 de janeiro de 2006, em Caracas.

O processo de reforma agrária na Venezuela é mais rápido do que no Brasil. Os camponeses apontam as terras improdutivas, sem função social, e o órgão responsável desapropria e os agricultores entram na terra. A briga na justiça continua em outro plano. A maioria dos latifundiários não consegue provar que é dono da terra. De fato, são grileiros da “coisa pública”.

O apoio do Governo Bolivariano aos camponeses vem logo. Eles recebem máquinas – tratores, arados ...até colheitadeira que no Brasil vale R\$ 1,5 milhão (um milhão e quinhentos mil

reais); e garantia de compra do plantio em área coletiva – o país tem um grande desafio para enfrentar: construir uma soberania alimentar, pois a maior parte da comida é importada. Os camponeses ainda têm acesso a adubos químicos – mas há o interesse no sistema agro-florestal; e se organizam em cooperativas, uma marca da Revolução Bolivariana.

O sistema de saúde pública venezuelano não é tão eficiente. Em Barinas, nenhuma equipe visita as comunidades locais para detectar insetos, como o “barbeiro”, que infesta a região. O resultado não demora a se apresentar nos corpos dos heróis e heroínas da luta pela terra. Eu senti uma hostilidade do órgão de prevenção contra as cooperativas dos assentados.

Achei preocupante a “mecanização” e a utilização de químicos na agricultura camponesa. A produção está basicamente em torno do sorgo, milho, macaxeira (yuca), ají (pimenta doce), feijão, hortas, gado, cana-



Fotos CPT NE

de-açúcar (consumo próprio... mas o governo anima para plantar mais cana em áreas selecionadas) e banana. Água não falta, pois a região pela qual passamos, inclui Pedraza, conhecida como “capital dos rios da Venezuela”.

As comunidades que visitamos têm o rio Curbatí, que deságua no rio Paguey que se encontra com o grande Orinoco.

Algo que ainda impressiona é que enquanto o latifúndio devastou florestas durante os quinze anos de “tierra-tenencia” (latifundiários), os camponeses assentados, organizados em cooperativas, plantaram 50 mil árvores nos dois anos que estão na região. Nas conversas com as assentadas e assentados sempre surgiu o assunto: “e como foi a vida antes de entrar na luta pela terra?” ...e bota luta nisso: na bala e na faca quando fosse necessário!” Recebi sempre a mesma resposta que é o grito dos excluídos do Continente: “no vivi bien”, “pobresa: la major dificultad”, “hambre”. E o futuro?: “mejorando”, “esperanza”. E se Chaves perder as eleições? “O povo está organizado, armado para enfrentar. Mas a melhor arma é a consciência”.

CPT participa de Fórum em Caracas



Este ano, o Fórum Social Mundial passou por uma nova experiência, foi dividido em três fóruns policêntricos em continentes diferentes. O primeiro a ser realizado foi em Bamako, Mali, de 19 a 23 de janeiro, com a participação de 20 mil pessoas. Depois em Caracas, Venezuela, de 24 a 29 de janeiro, onde houve a participação de 70 mil pessoas; e, o último, em Karachi, Paquistão, que acontecerá de 24 a 29 de março.

Frei Xavier Plassat, da Campanha de Combate ao Trabalho Escravo da CPT; José Carlos de Lima e Cícero Adriano, CPT Alagoas; José Plácido Junior e James Thorby, CPT Nordeste, participaram do Fórum Social Mundial Policêntrico, em Caracas, Venezuela. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), este ano, teve duas atividades dentro da programação oficial do Fórum. No dia 26, houve a discussão La soja avanza, la vida se apaga. Cuestionar un modelo de desarrollo desigual, organizada pela CPT, Movimientos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e FNC Paraguay. Já no dia 27, foi realizada a oficina Enfrentamiento del agro negocio (ejemplo: azúcar) y combate a la esclavitud moderna en el campo. Experiencia brasileña.

POLÍTICA INDIGENISTA

Não é preciso outros 500 anos para se ter outra história

CIMI



Em 2005, 38 indígenas foram assassinados. Este é o maior número dos últimos 11 anos, segundo levantamento realizado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Só no Mato Grosso do Sul foram registradas 28 mortes. A realidade de violência tem afetado os mais de 215 povos indígenas do Brasil e é resultado da própria política adotada pelo Governo Federal. Paulo Maldos, assessor político do CIMI, conversou com O Correio da Cidadania sobre a política indigenista brasileira. A entrevista foi realizada pelo repórter Mateus Alves e publicada no dia 14 de fevereiro deste ano. O Pastoral da Terra reproduz aqui parte desta entrevista.

Uma das principais críticas à política indigenista vigente no país é em relação ao papel “tutelar” do Estado perante o índio brasileiro. Qual a sua opinião sobre isto?

Paulo Maldos: Como órgão proveniente dos tempos da ditadura, a Funai está aquém da Constituição de 1988, o que realmente resulta numa posição de tutela no pior sentido. A tutela “positiva” seria a proteção de povos indígenas que são muito frágeis frente à violência da sociedade nacional; por exemplo, precisam ter uma forte proteção do Estado grupos de índios que, em Rondônia e no Mato Grosso, são caçados como se caçavam bugres no século XIX, pois os invasores de suas terras não querem a comprovação das mesmas como territórios indígenas.

A tutela que é criticada é relativa ao controle, ao policiamento que o Estado realiza, como se fosse o representante supremo dos povos indígenas; o Estado acha que os índios não precisam ser reconhecidos como sujeitos de direito. Esquecem que eles são os protagonistas, que têm cabeça própria. Alguns povos indígenas possuem suas organizações, suas agendas, suas pautas, são extremamente capazes no sentido de conhecer a nossa sociedade e lidar com ela.

Então não houve nenhum avanço em relação à participação das populações indígenas nas decisões que o governo toma? Há algum indicador de que isso ocorrerá no futuro?

Maldos: Tínhamos uma boa expectativa com um acordo feito com o governo

Lula a partir da jornada de mobilizações que foi feita no ano passado, o Abril Indígena. Cerca de 800 líderes indígenas, em Brasília, fizeram a interlocução com praticamente todos os setores do Estado – STF, STJ, ministérios, INCRA, a própria Funai etc. – e dali saiu uma proposta de se criar um Conselho Nacional de Política Indigenista. Seria um organismo ligado diretamente à presidência ou vinculado ao Ministério da Justiça, que teria a participação de instâncias do governo federal, de representações indígenas e de entidades de apoio. Estes fariam uma espécie de avaliação permanente da política indigenista em todos os âmbitos, um órgão que impulsionasse e melhorasse, de forma coordenada, orgânica, essas políticas.

O governo iria criar, já em janeiro, uma comissão para viabilizar, para um breve futuro, a criação do Conselho e agora, infelizmente – não sei se esta polêmica com a Funai influenciou em algo (declaração polêmica do Mércio e seus desdobramentos) –, este processo foi interrompido. Não sabemos o que houve.

O que está por trás do excesso de “judicialização” nos processos de demarcação e homologação das terras indígenas no Brasil?

Maldos: O que ocorre é que o governo Lula tem muitos acordos com o centro e com a direita para a implementação de políticas gerais, buscando atrair para o seu lado no Congresso esses setores mais conservadores. O que aconteceu, assim, é que terras indígenas já a ponto de serem homologadas, já demarcadas, vol-

tavam aos âmbitos burocráticos para ter suas situações novamente “estudadas”. Os invasores perceberam um canal para continuar questionando e impedindo o processo de homologação, já que setores do governo tinham interesse para impedi-los.

Em sua opinião, em que deveria ser baseada uma política indigenista adequada para o Brasil?

Maldos: Em primeiro lugar, o Conselho deve ser criado. Ele possibilita realizar um “cruzamento” entre o que existe de possível em termos de estrutura e de recursos do Estado com as propostas dos índios, que também são factíveis. Porém, para isso acontecer, pessoas como o Mércio Pereira Gomes (presidente da Funai) têm que sair do governo. Ele não cabe na construção de uma política indigenista para o Brasil, já que apenas se interessa por glória, por fazer seu nome, vive há muito tempo fora do país. (...) Para se dirigir um órgão indigenista, é necessário ser parceiro dos povos indígenas, e não alguém que diz que os índios têm muita terra e que pede que o STF imponha um limite à demarcação delas, que diz que alguns povos não existem, que são ficção. Precisamos de alguém à frente da Funai que seja solidário com os povos indígenas, que atenda a suas demandas. O que Gomes diz também é que o IBGE exagera no número de índios no país. Não existe ninguém no mundo que presida uma entidade de defesa de minorias que seja contra essas minorias.

A Funai tem ignorado também os

índios que moram em cidades; há um grande contingente deles. É preciso um conjunto de políticas específicas. Só em São Paulo, vivem cerca de 20 etnias, que precisam de apoio nas questões de saúde, educação, de se inserir na vida comunitária. É preciso incentivar para que contribuam na diversidade cultural.

Quais são os principais focos de conflito territorial para os indígenas?

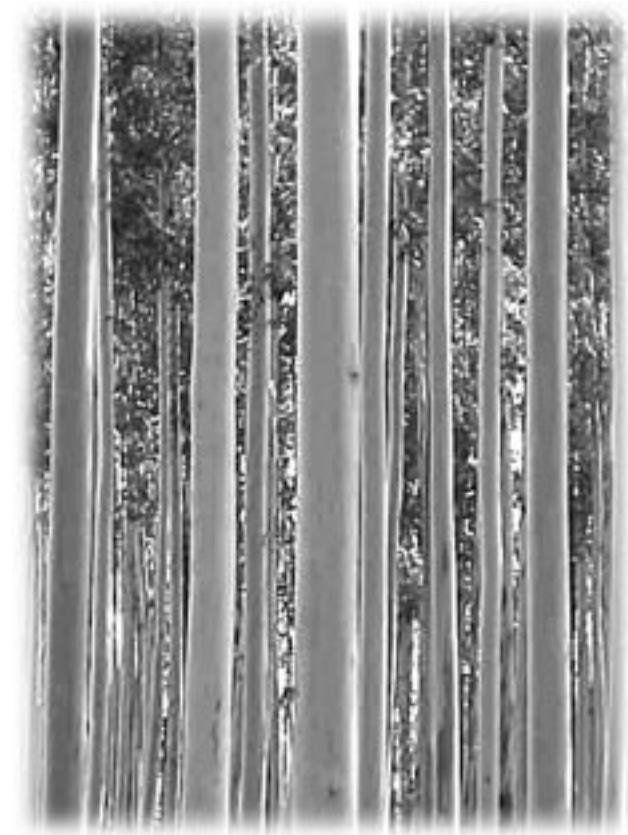
Maldos: Sem dúvida, o Mato Grosso do Sul está em primeiro lugar. Ali, o agro-negócio reina, muitos territórios foram invadidos e devastados com suas plantações. Muitas áreas foram degradadas, causando muitos problemas para as etnias da região. O índice de suicídios é grande na região, assim como a mortalidade infantil.

A região nordeste também possui muitos povos que precisam que o processo de homologação de suas terras seja finalizado; com a lentidão, os invasores os ameaçam, querem retroagir os processos, achando que assassinando lideranças podem reaver territórios. Está por trás disso também a falta de reconhecimento pela Funai.

Por fim, temos as regiões da Amazônia, onde os povos possuem pouco contato com a sociedade e ficam extremamente expostos à violência dos madeireiros na região. Alguns povos, como os lanomâmis, têm seu território permanentemente invadido por garimpeiros; ali, os miseráveis da cidade acabam se confrontando com os índios no desespero de ficarem ricos.

RECEITAS MEDICINAIS

EUCALIPTO



Nome Científico: Eucalyptus globulus Labill

Princípios ativos: Eucaliptol, terpinol e borneol (óleos essenciais); pineno, canfeno, eucazuleno, flavonóides, álcool isoamílico, tanino e resina.

Propriedades terapêuticas: Anti-séptico (das vias respiratórias), sudorífero, expectorante, tônico geral e desinfetante. Combate o diabetes, a gripe, a asma, a bronquite, as infecções urinárias, vaginais e uterinas. Abaixa febres e é desinfetante das vias urinárias, dos intestinos e dos pulmões.

Parte usada: Folhas e inflorescências.

Nos problemas respiratórios (febre, gripe, resfriado, tosse, bronquite) e nas infecções da boca e da garganta: Infusão: 40 gramas de folhas secas em um litro de água durante 30 minutos. Tomar uma xícara (café), de quatro em quatro horas. Nas infecções da boca e da garganta usar o infuso em bochechos e gargarejos seguidos.

Nas febres intermitentes (malária e outras): Vinho: Macerar 100 g de folhas secas em 750 g de vinho branco suave durante 10 dias. Depois acrescentar três colheres (sopa) de açúcar mascavo, agitando bem. Tomar uma xícara (de café) ao dia.

Nos reumatismos, nas nevralgias, na ciática e na gota: Um litro de folhas em um litro de água durante 15 minutos. Fazer compressas quentes, de 10 em 10 minutos, nas partes doentes.

Nas úlceras e ferimentos (para desinfetar e curar), e na catapora: 50 g de folhas verdes ou secas em um litro de água durante 5 minutos. Deixar em infusão até ficar morno. Lavar a úlcera ou o ferimento com o chá ainda morno, ou fazer compressas locais, duas vezes ao dia. Na catapora, banhar o corpo com o líquido, uma vez ao dia.

29ª ROMARIA DA TERRA

A função social da terra

A Função Social da Propriedade foi tema da 29ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul, realizada no dia 28 de fevereiro, em Lagoa Bonita do Sul, RS. A caminhada, que reuniu mais de 20 mil pessoas de todas as dioceses do Estado, foi organizada pela Comissão Pastoral da Terra do RS, juntamente com a Diocese de Cachoeira do Sul. Os romeiros e romeiras chegaram em caravanas, para celebrar a fé e a luta na busca de mais justiça e mais vida.

As romarias da terra no RS são itinerantes e a cada ano tratam de um tema específico. Antes do dia da caminhada, encontros ampliados são realizados com a participação de lideranças das comunidades, entidades, pastorais e movimentos sociais, para discutir a romaria e dar os encaminhamentos necessários.

O tema deste ano, “Função Social da Propriedade”, procurou sensibilizar as pessoas para refletirem sobre a situação da estrutura agrária no Estado e no Brasil. Conforme os ensinamentos cristãos, a terra é Dom de Deus. E não podemos atribuir a ela outra função a não ser de espaço de vida. O ensino social da Igreja defende a terra como direito natural, primário e universal, e este não pode ser violado por nenhum outro direito de caráter econômico. Também condena o latifúndio, ao afirmar que ninguém tem direito de possuir muito além do que tem necessidade, quando a outros falta o mínimo.

A Romaria motivou as pessoas a dialogarem com os vizinhos, com a comunidade sobre a importân-

cia das reformas agrária e agrícola, aplicando o princípio da função social da propriedade de forma plena, enfatizando as exigências trabalhistas e ambientais como estabelece a Constituição Brasileira. A reforma agrária viável é aquela que é realizada através da desapropriação de terras por interesse social. Também é necessário que os índices de produtividade da terra sejam atualizados. A propriedade precisa produzir de forma diversificada e ecológica, livre de transgênicos.

Terra e água são bens indissociáveis e direito universal para todos os



seres vivos. Por isso devemos cuidar e preservar a água, bem como cuidar da terra e de todos os recursos naturais, garantindo assim vida saudável para nós e as futuras gerações.

As romarias da Terra no Rio Grande do Sul, a cada ano que passa, reafirmam a fé e a esperança da construção da Terra Sem Males.

SEPÉ TIARAJU

250 anos de resistência

LUIZ ANTÔNIO PASINATO, EVANIR JOSÉ ALBARELO E RUDIMAR DAL'ASTA

Diversas atividades comemorativas aos 250 anos da morte do índio Sepé Tiaraju, liderança Guarany, foram realizadas de 3 a 7 de fevereiro deste ano, no município de São Gabriel, Rio Grande do Sul. Sepé lutou em defesa dos Sete Povos das Missões e foi assassinado pelos exércitos de Portugal e Espanha. Estiveram presentes ao ato comemorativo, comunidades indígenas do Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina, representantes das tribos Guarani, Kaingang e Charua. Movimentos sociais, Via Campesina, comunidades quilombolas do RS e jovens da Consulta Popular participaram das atividades, que reuniram mais de quatro mil pessoas.

Durante os quatro dias de programação houve celebrações, caminhadas, shows e assembléias na região onde Sepé foi morto e ocorreu o massacre dos 1.500 índios. Os povos indígenas debateram sobre os problemas que enfrentam nas suas comunidades, principalmente no reconhecimento e demarcação de seus territórios pelos governos. Ainda hoje, repete-se a violação dos direitos indígenas, como o violento despejo na Terra Indígena Nhandêru Marangatu, em Mato Grosso do Sul. Este território já estava demarcado e homologado, no entanto, os índios que lá viviam foram violentamente expulsos, no dia 15 de dezembro de 2005, pela Polícia Federal, cumprindo ordem do Supremo Tribunal Federal, que acatou ação judicial dos fazendeiros invasores. O que acontece com as comunidades indígenas no Brasil, não difere na Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai, onde os direitos dos povos indígenas, apesar de serem reconhecidos, não são respeitados.

A trágica Guerra Guaranítica nasceu com o Tratado de Madri, assinado em 1750, entre Portugal e Espanha, no qual houve uma troca de parte do Rio Grande do Sul (dominado pela Espa-

nha), por uma parte do Uruguai (dominado por Portugal). Os índios dos Sete Povos das Missões foram deslocados violentamente para o Paraguai (dominada pela Espanha). Para colocar em prática esse acordo, Portugal e Espanha se unem e vêm com seus exércitos para expulsar os povos indígenas. Os índios se organizaram e resistiram até 1756. No dia 7 de fevereiro de 1756, foi assassinado o líder Sepé Tiaraju e, três dias após a sua morte, aconteceu o massacre de 1500 índios no morro Caiboaté.

José Tiaraju ou Tiarayu provavelmente nasceu em 1723 na Redução de São Luiz Gonzaga, um dos Sete Povos das Missões, hoje território do Rio Grande do Sul, denominado na época pelos espanhóis de "Adjacências do Paraguai". Segundo uma tradição, Sepé teria perdido os pais quando pequeno, sendo levado para São Miguel, onde fora criado por um padre jesuíta que o preparou para Corregedor da Redução. Sepé Tiaraju era uma liderança inconteste das reduções. Deveria ser um homem esclarecido, já tinha o posto de articulador das tropas indígenas para enfrentar o inimigo de seu povo.

O assassinato de Sepé Tiaraju aconteceu no dia 7 de fevereiro de 1756, na Sanga da Bica, hoje cidade de São Gabriel. Um soldado português o der-



rubou juntamente com o cavalo, ferindo-o com a lança e, logo após, um disparo lhe tirou a vida. Dias depois, no combate em Caiboaté com os exércitos espanhol e português tombaram 1500 índios. A batalha, segundo os documentos históricos, começou às 2 horas da tarde e durou apenas uma hora e quinze minutos. Foi um massacre que ainda ecoa no tempo e no espaço, injustificável pelos tratados que seguiram.

A perda do grande chefe e líder abalou profundamente o sentimento

de todos os caciques comandantes, como de milhares de índios, pondo fim à utopia Guarani. Sepé representa o primeiro brado da terra gaúcha, que ainda ecoa pelas coxilhas, canhadas, rincões, serras e vales. É um símbolo de luta e resistência dos povos em busca da terra. Sepé Tiaraju continua presente na luta dos povos: "Alto lá está terra tem dono".

No Ato do dia 7 de fevereiro, a Via Campesina, buscando resgatar as lutas e destacar pessoas e entidades importantes na organização dos povos e na defesa de direitos e do meio ambiente, criaram o título Sepé Tiaraju, nas categorias: Defesa dos Povos Indígenas, Soberania Nacional, Terra de Direitos, Direito das Mulheres, Cultura Popular, Defesa da Natureza. Os homenageados receberam uma estátua de Sepé. Foram eles o Conselho Indígena de Roraima, Oscar Niemayer, Dom Pedro Casaldáliga, Rosemarie Muraro, Noel Guarani e Povos Guaranis.

O Ato dos 250 anos da morte de Sepé Tiaraju se constituiu numa Assembléia do Povo de diversas etnias que tem na figura de Sepé um exemplo vivo da luta dos povos indígenas da América Latina que, com força e determinação lutam por seus direitos, principalmente pelo sagrado direito a terra.

CULTURA

Maristela Vitória

Normais e Deficientes

ROBERTO MALVEZZI (GOGÓ)

Sthephen Hawking é tetraplégico e físico genial.
John Nash, “uma mente brilhante”, esquizofrênico, prêmio Nobel em economia.
Tereza D’Ávila e João da Cruz eram depressivos profundos, tornaram-se santos buscando o equilíbrio emocional pela mística.
Ibiapina, um cearense que foi delegado, juiz, deputado e, finalmente, padre, missionou o sertão de 1850 a 1870. É o pioneiro na construção de cisternas no semi-árido e dizia de si mesmo que era um “angustiado”.
Lembro também de Socorro, de Campo Alegre de Lourdes, idade mental de cinco anos, sem genialidade alguma, sem nenhuma contribuição econômica à sociedade, era a alegria da rua pelo extraordinário senso de humor.
Hitler era normal
Stálin era normal
Bush é normal.
Os economistas que inventaram a especulação contemporânea são normais.
O pessoal do Copom é normal.
Os que destroem as florestas, os solos, as águas, são normais.



Os operadores das Bolsas parecem possesos, mas são normais.
Portanto, a dignidade de um ser humano é muito mais profunda que sua normalidade ou deficiência. A contribuição ou prejuízo de cada um para a sociedade não obedece a padrões de normalidade. Os problemas da humanidade estão nos normais. Respeitar o ser humano para além das aparências, pela grandeza infinita que cada um carrega em si. É só isso que nos pede a Campanha da Fraternidade.

Coordenação Nacional da CPT

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐ Brasil R\$ 10,00

☐ Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações: canutocpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1ºAndar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

IMPRESSO

VIA AÉREA